



RELATÓRIO DE CORREIÇÃO VIRTUAL

Autos nº 0000303-58.2016.8.24.0600

Ação: Correição Ordinária / Correição Geral Ordinária

Requerente: Corregedoria-Geral da Justiça de Santa Catarina

Requerido: Juízo da Vara Única da comarca de Herval d'Oeste

ATIVIDADE CORREICIONAL

INFORMAÇÕES PRELIMINARES

Número da portaria: 8/2016-CGJ

Período da correição: 4-4-2016 a 6-6-2016

EQUIPE CORREICIONAL

Juíza-Corregedora: Simone Boing Guimarães

Assessora Técnica Correicional: Débora Zitta

Analista Jurídico: André Pacheco



INTRODUÇÃO

Este relatório tem por objetivo apresentar um diagnóstico sobre o funcionamento da Unidade Jurisdicional após a coleta de dados realizada durante o período da correição.

Dessa forma, busca-se auxiliar e orientar a unidade, a fim de verificar se está cumprindo o padrão mínimo de funcionamento exigido pelo Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça e outras determinações procedimentais emanadas do Conselho Nacional de Justiça, da Presidência do Tribunal de Justiça e da Corregedoria-Geral da Justiça.

Cumprindo as disposições contidas na Circular CGJ/SC n. 189/2015 e na portaria que consta dos autos digitais do processo CGJ epigrafado, realizou-se a correição virtual a seguir relatada.

Com a finalidade de captar os dados referentes aos serviços forenses judiciais, no que tange aos registros e tramitação processual, foram utilizados relatórios próprios, extraídos do Programa Inspeção Virtual, do Sistema de Automação da Justiça de Primeiro Grau – SAJ, SAJ Estatística, dos sistemas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e do Cadastro Único Informatizado de Adoção e Abrigo/Creche - Cuida.

A verificação da observância do Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça e de outras determinações procedimentais emanadas do Conselho Nacional de Justiça, da Presidência do Tribunal de Justiça e da Corregedoria-Geral da Justiça deu-se por meio da emissão dos relatórios mencionados anteriormente.



DADOS DA UNIDADE

Comarca: Herval d'Oeste

Unidade: Vara Única

Municípios integrantes: Herval d'Oeste e Erval Velho

Juiz titular: Luis Renato Martins de Almeida

Chefe de cartório: Vinícius Ramos Faquin

Última correição por equipe da CGJ/SC: 26-8-2013 a 25-10-2013 –
0012366-23.2013.8.24.0600

Competência: Vara Única

Entrância: Inicial



1 INFORMAÇÕES DO CARTÓRIO

1.1 ESTATÍSTICA PROCESSUAL - Processos físicos + eletrônicos

	Indicador	Valor
1.1.1	Processos em andamento + procedimentos em andamento	9.608
1.1.2	Processos em andamento	8.462
1.1.3	Procedimentos em andamento	1.146
1.1.4	Observações	
a) Informações obtidas mediante consulta ao SAJ Estatística (Relatório Gerencial da Vara). Mês de referência junho de 2016.		
b) Destaca-se que do total de processos em tramitação na unidade, 1.973 referem-se a processos de Execução Fiscal, 583 referem-se a processos do Juizado Especial Cível e 579 referem-se a processos do Juizado Especial Criminal.		

1.2 ESTATÍSTICA PROCESSUAL – Processos eletrônicos

	Indicador	Valor
1.2.1	Processos em andamento + procedimentos em andamento	6.153
1.2.2	Processos em andamento	5.156
1.2.3	Procedimentos em andamento	997
1.2.4	Observações	
a) Informações obtidas mediante consulta ao SAJ Estatística (Relatório Gerencial da Vara). Mês de referência junho de 2016.		

1.3 ESTATÍSTICA PROCESSUAL – Processos conclusos

	Indicador	Eletrônicos	Físicos	Total
1.3.1	Quantidade total de processos com o juiz	1.540	1.143	2.683
1.3.1.1	Observação			
a) Informações obtidas em 5-7-2016 (fl. 122).				

1.4 ESTATÍSTICA PROCESSUAL – Processos distribuídos

	Período	Total	Média mensal
1.4.1	Janeiro a dezembro de 2014	2.808	234
1.4.2	Janeiro a dezembro de 2015	2.751	229
1.4.3	Janeiro a junho de 2016 (mês anterior ao da consulta)	1.663	277
1.4.4	Observações		
a) Informações obtidas mediante consulta ao SAJ Estatística (Relatório Totalizador de Distribuições), referente ao corrente ano e aos dois últimos anos anteriores ao da realização da correição.			

1.5 FILAS DE TRABALHO – Processos eletrônicos

	Indicador	Valor
1.5.1	Processos nas filas de trabalho há mais de 100 dias	2.105
Cível – Genérico – Processo		
1.5.1.1	Ag. Audiência	3
1.5.1.2	Ag. Digitalização	7



ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
Corregedoria-Geral da Justiça
Divisão Administrativa

fls. 153

1.5.1.3	Ag. Encerramento do Ato	202	
1.5.1.4	Ag. Impressão – Vara	1	
1.5.1.5	Ag. Prazo	8	
1.5.1.6	Análise do Cartório – Trânsito em Julgado	11	
1.5.1.7	Com Classe Alterada	1	
1.5.1.8	Concluso – Recurso	9	
1.5.1.9	Concluso – Urgente	1	
1.5.1.10	Concluso para Decisão Interlocutória	32	
1.5.1.11	Concluso para Despacho	42	
1.5.1.12	Concluso para Despacho Saneador	96	
1.5.1.13	Concluso para Julgamento Antecipado	21	
1.5.1.14	Concluso para Sentença	59	
1.5.1.15	Concluso 10	6	
1.5.1.16	Concluso 2	9	
1.5.1.17	Concluso 4	24	
1.5.1.18	Concluso 5	4	
1.5.1.19	Concluso 6	14	
1.5.1.20	Concluso 7	2	
1.5.1.21	Concluso 8	2	
1.5.1.22	Concluso 9	15	
1.5.1.23	Escrivão	10	
1.5.1.24	Excepcional	2	
1.5.1.25	Recebido Contadoria	27	
1.5.1.26	SIDEJUD – Ag. Resposta	1	
Criminal – Genérico – Processo			
1.5.1.27	Ag. Análise do Cartório	5	
1.5.1.28	Ag. Antecedentes e Histórico	4	
1.5.1.29	Ag. Audiência	1	
1.5.1.30	Ag. Digitalização	8	
1.5.1.31	Ag. Encerramento do Ato	103	
1.5.1.32	Ag. prazo	14	
1.5.1.33	Com Classe Alterada	1	
1.5.1.34	Concluso para Despacho	7	
1.5.1.35	Concluso para Despacho Inicial	3	
1.5.1.36	Concluso para Sentença	12	
1.5.1.37	Cumprir – Urgente	1	
1.5.1.38	Cumprir Audiência	1	
1.5.1.39	Petição Inicial	1	
1.5.1.40	Recebido Contadoria	4	
1.5.1.41	Recebido do Juiz – Decisão	11	
1.5.1.42	Recebido do Juiz – Sentença	52	
1.5.1.43	Recebido do Ministério Público	1	
1.5.1.44	Recebido Serviço Social	1	
1.5.1.45	Remetidos à Delegacia de Polícia	1	
1.5.1.46	SIDEJUD – Ag. Expedir Alvará	5	
DTR – Execução – Seção I – Processo			
1.5.1.47	Ag. Análise do Cartório	1	
Execução Fiscal – Processos			
1.5.1.48	Ag. Análise do Cartório	22	



ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
Corregedoria-Geral da Justiça
Divisão Administrativa

fls. 154

1.5.1.49	Ag. Encerramento do Ato	433	
1.5.1.50	Ag. Prazo	1	
1.5.1.51	Análise do Cartório – Trânsito em Julgado	22	
1.5.1.52	Concluso – Recurso	8	
1.5.1.53	Concluso para Decisão Interlocutória	2	
1.5.1.54	Concluso para Despacho	58	
1.5.1.55	Concluso para Sentença	1	
1.5.1.56	Cumprir – Urgente	1	
Execução Penal – Processo			
1.5.1.57	Ag. Análise do Cartório	12	
1.5.1.58	Ag. Digitalização	5	
1.5.1.59	Ag. Encerramento do Ato	37	
1.5.1.60	Ag. Prazo	3	
1.5.1.61	Concluso para Despacho	49	
1.5.1.62	Concluso para Despacho Inicial	49	
1.5.1.63	Cumprir – Urgente	2	
1.5.1.64	Escrivão	1	
1.5.1.65	Excepcional	2	
1.5.1.66	Petição Inicial	21	
1.5.1.67	Recebido do Juiz - Decisão	3	
1.5.1.68	Recebido do Juiz - Despacho	4	
1.5.1.69	Recebido do Ministério Público	1	
Família – Processo			
1.5.1.70	Ag. Análise do Cartório	1	
1.5.1.71	Ag. Audiência	1	
1.5.1.72	Ag. Digitalização	5	
1.5.1.73	Ag. Encerramento do Ato	23	
1.5.1.74	Ag. Prazo	22	
1.5.1.75	Análise do Cartório – Trânsito em Julgado	27	
1.5.1.76	Concluso para Despacho	5	
1.5.1.77	Concluso para Despacho Saneador	7	
1.5.1.78	Concluso para Julgamento Antecipado	1	
1.5.1.79	Concluso para Sentença	11	
1.5.1.80	Concluso 2	3	
1.5.1.81	Concluso 5	6	
1.5.1.82	Concluso 6	8	
1.5.1.83	Concluso 7	2	
1.5.1.84	Concluso 9	2	
1.5.1.85	Escrivão	4	
1.5.1.86	Recebido Contadoria	5	
1.5.1.87	Recebido Serviço Social	3	
Juizado Especial Cível – Processo			
1.5.1.88	Ag. Análise do Cartório	1	
1.5.1.89	Ag. Digitalização	6	
1.5.1.90	Ag. Encerramento do Ato	60	
1.5.1.91	Ag. Prazo	6	
1.5.1.92	Análise do Cartório – Trânsito em Julgado	1	
1.5.1.93	Concluso para Decisão Interlocutória	4	
1.5.1.94	Concluso para Despacho	67	



ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
Corregedoria-Geral da Justiça
Divisão Administrativa

fls. 155

1.5.1.95	Concluso para Despacho Saneador	14	
1.5.1.96	Concluso para Julgamento Antecipado	1	
1.5.1.97	Concluso para Sentença	22	
1.5.1.98	Recebido Contadoria	8	
1.5.1.99	Recebido do Juiz – Decisão	1	
	Juizado Especial Criminal – Processo		
1.5.1.100	Ag. Análise do Cartório	22	
1.5.1.101	Ag. Antecedentes e Histórico	38	
1.5.1.102	Ag. Audiência	1	
1.5.1.103	Ag. Encerramento do Ato	27	
1.5.1.104	Ag. Prazo	9	
1.5.1.105	Análise do Cartório – Trânsito em Julgado	1	
1.5.1.106	Com Classe Alterada	3	
1.5.1.107	Concluso para Despacho	7	
1.5.1.108	Concluso para Despacho Inicial	2	
1.5.1.109	Cumprir – Urgente	1	
1.5.1.110	Recebido do Juiz – Decisão	5	
1.5.1.111	Recebido do Juiz – Sentença	68	
1.5.1.112	Recebido do Serviço Social	4	
1.5.1.113	Remetidos à Delegacia de Polícia	2	
	Juizado Especial Fazendário – Processo		
1.5.1.114	Concluso para Decisão Interlocutória	1	
1.5.1.115	Concluso para Despacho	1	
1.5.1.116	Concluso para Sentença	2	
1.5.1.117	Recebido do Juiz – Sentença	1	
1.5.1.118	Observações		



ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
Corregedoria-Geral da Justiça
Divisão Administrativa

fls. 156

a) Informações obtidas em 6-7-2016, mediante consulta ao SAJ Estatística (Relatório Gerencial da Vara). Mês de referência junho de 2016 (fls. 92-96).

Na data de 6-7-2016 foi verificado o fluxo de trabalho dos processos eletrônicos e as seguintes filas foram observadas:

“Ag. Análise do Cartório”, com 917 processos e data de entrada mais antiga 12-6-2015;

“Análise do Cartório – Trânsito em Julgado”, com 249 processos e data de entrada **mais antiga 11-2-2015**;

“Ag. Análise – Recursos”, com 1 processo e data de entrada 16-6-2016;

“Concluso – Urgente”, com 48 processos e data de entrada mais antiga 17-3-2016;

“Cumprir – Urgente”, com 44 processos e data de entrada **mais antiga 8-4-2015**;

“Recebido do Juiz” com 4 processos e data de entrada mais antiga 20-5-2016;

“Recebido do Juiz – Despacho”, com 149 processos e data de entrada mais antiga **24-11-2015**;

“Recebido do Juiz – Decisão”, com 79 processos e data de entrada mais antiga **6-10-2015**;

“Recebido do Juiz – Sentença”, com 289 processos e data de entrada mais antiga **9-9-2015**;

“Escrivão”, com 55 processos e data de entrada mais antiga 22-2-2016;

“Ag. Audiência”, constatou-se **12 processos com audiências já realizadas**;

“Cumprir Audiência” e constatou-se **4 processos com audiências já realizadas**;

“Arquivado Definitivamente”, por amostragem foram analisados 5 processos (0022515-77-2011.8.24.0235, 0300218-61.2015.8.24.0235, 0300168-35.2015.8.24.0235, 0300078-61.2014.8.24.0235 e 0001784-36.2006.8.24.0235) em que há decisão determinando o arquivamento, **mas não certidão do art. 327 do CNGCJ** (Provimento n. 1/2016 – CGJ e Resolução n. 33/2015 – TJ);

“Processo Suspenso”, por amostragem foram analisados 5 processos (0000187-80.2016.8.24.0235, 0000023-89.2000.8.24.0235, 0300297-40.2015.8.24.0235, 0500218-82.2015.8.24.0235, 0001935-60.2010.8.24.0235) em que há decisão determinando a suspensão.



1.6 PROCESSOS AGUARDANDO IMPULSO

MOVIMENTAÇÃO/SENTENÇA

	Indicador	Padrão de conformidade	Primeira verificação	Segunda verificação
1.6.1	Processos sem movimento há mais de 180 dias	O relatório não deve trazer registro	3.338	2.140
1.6.1.1	Percentual de processos sem movimentação há mais de 180 dias em relação ao total de processos em andamento na unidade.		37,88%	24,28%
1.6.1.2	Observações	a) Primeira verificação: mês de referência fevereiro de 2016 (fls. 12-15). b) Segunda verificação: mês de referência junho de 2016 (fls. 97-100). c) Informações obtidas mediante consulta ao SAJ Estatística (Relatório Gerencial da Vara).		
	Indicador	Padrão de conformidade	Primeira verificação	Segunda verificação
1.6.2	Processos de perda e/ou suspensão do poder familiar com tramitação há mais de 120 dias – art. 163, ECA	O relatório não deve trazer registro	46	14
1.6.3	Processos ativos sem vinculação de assunto (tabelas processuais unificadas).		118	56
1.6.4	Audiências com situação “pendente” há mais de 30 dias.		41	3
1.6.5	Meta 2 – identificar e julgar até 31-12-2016, pelo menos 80% dos processos ativos e sem movimentação de sentença, distribuídos até 31-12-2012 e 100% dos processos ativos e sem movimentação de sentença, distribuídos até 31-12-2013, nos Juizados Especiais.		368	622
1.6.6	Meta 4 – identificar e julgar até 31-12-2016, pelo menos 70% das ações de improbidade administrativa e ações penais relacionadas a crimes contra a administração pública, distribuídas até 31 de dezembro de 2013.		8	14
1.6.7	Meta 6 – identificar e julgar até 31-12-2016, as ações coletivas distribuídas até 31-12-2013.		8	19
1.6.8	Observações	a) Primeira verificação em 29-3-2016 (fls. 12-30). a.1) Itens 1.6.5 a 1.6.7: dados do mês de dezembro de 2015, extraídos do site desta Corregedoria (http://cgj.tjsc.jus.br/intranet/meta2/index.htm). As planilhas indicam a quantidade total de processos distribuídos até o ano referido em cada Meta do CNJ. b) Segunda verificação em 5-7-2016 (fls. 101-118). b.1) Itens 1.6.5 a 1.6.7: dados do mês de abril de 2016 extraídos do site desta Corregedoria (http://cgj.tjsc.jus.br/intranet/meta2/index.htm). As planilhas indicam a quantidade total de processos distribuídos até o ano referido em cada Meta do CNJ.		



PENDÊNCIAS

1.6.10	Pendências em aberto (período de pesquisa: 1-1-1900 a 29-2-2016)	O relatório deve trazer os registros efetivamente pendentes	Primeira verificação	Segunda verificação
	Petição intermediária		400	295
	Peticionamento eletrônico		93	47
	Mandados		18	10
	AR		18	10
1.6.10.1	Observações			
a) Primeira verificação em 29-3-2016 (fl. 32).				
b) Segunda verificação em 5-7-2016 (fl. 119).				

MANDADOS

	Indicador	Padrão de conformidade	Primeira verificação	Segunda verificação
1.6.11	Mandados em carga com oficial de justiça há mais de 30 dias	O relatório não deve trazer registros	2	6
1.6.11.1	Observações			
a) Primeira verificação em 29-3-2016 (fl. 33).				
b) Segunda verificação em 5-7-2016 (fl. 120).				

PROCESSOS ELETRÔNICOS EM OUTROS SETORES

	Indicador	Valor			
		Primeira verificação		Segunda verificação	
		Total	+100d	Total	+100d
1.6.12	Outros setores				
1.6.12.1	Contadoria	0	0	2	0
1.6.12.2	Distribuição	5	0	12	6
1.6.12.3	Ministério Público	44	17	86	16
1.6.12.4	Oficialato da Infância e Juventude	5	3	12	4
1.6.12.5	Petição Inicial – Ag. Digitalização (Distribuição)	84	66	72	59
1.6.12.6	Serviço Social	2	0	2	0
1.6.12.7	Observações				
a) Primeira verificação em 29-3-2016 (fls. 34-37).					
b) Segunda verificação em 5-7-2016 (fl. 121).					



PROCESSOS FÍSICOS EM CARGA

	Indicador	Valor			
		Primeira verificação		Segunda verificação	
1.6.13	Quantidade total de processos em carga	1.808		898	
	Local	Total	+100d	Total	+100d
	Cargas internas				
1.6.13.1	Juiz (Dominique Gurtinski Borba Fernandes)	5	5	4	4
1.6.13.2	Juiz (Douglas Cristian Fontana)	2	2	0	0
1.6.13.3	Juiz (Luís Renato Martins de Almeida)	1.011	894	735	672
1.6.13.4	Juiz (Márcio Preis)	14	14	5	5
1.6.13.5	Juiz (Mônica Fracari)	1	1	0	0
1.6.13.6	Juiz (Ruy Fenando Falk)	11	11	1	1
1.6.13.7	Juiz (Tiago Fachin)	634	633	398	398
1.6.13.8	Contadoria	22	4	67	5
1.6.13.9	Distribuição	4	1	0	0
1.6.13.10	Ministério Público	31	0	48	1
	Cargas externas - Terceiros sem acesso ao SAJ				
1.6.13.11	Advogado	40	9	28	6
1.6.13.12	Perito	1	1	0	0
1.6.13.13	Delegacia de Polícia	20	20	7	7
1.6.13.14	Procuradorias	12	0	2	0
1.6.13.15	Observações				
a) Primeira verificação: mês de referência janeiro de 2016 (fl. 38).					
b) Segunda verificação: mês de referência junho de 2016 (fl. 122).					
c) Informações obtidas mediante consulta ao SAJ Estatística (Relatório Gerencial da Vara).					



1.6.14 PROCESSOS COM MESMO LOCAL FÍSICO HÁ MAIS DE 30 DIAS					
	Indicador	Valor			
		Primeira verificação		Segunda verificação	
		Total	+ 30d	Total	+ 30d
	Atendimento				
1.6.14.1	Cartório - recebido do advogado	3	3	19	2
	Remessa/recebimento/relação/certificação				
1.6.14.2	Cartório – aguardando	382	278	225	137
1.6.14.3	Cartório – aguardando AR	18	7	29	24
1.6.14.4	Cartório – aguardando carta precatória	32	26	16	11
1.6.14.5	Cartório – aguardando confecção de relação	0	0	184	87
1.6.14.6	Cartório – aguardando mandado	37	15	59	41
1.6.14.7	Cartório – aguardando publicação de relação	105	74	112	91
1.6.14.8	Cartório – arquivar	225	153	246	220
1.6.14.9	Cartório – escaninho da delegacia	2	2	1	1
1.6.14.10	Cartório – escaninho do advogado	6	5	2	1
1.6.14.11	Cartório – escaninho do juiz	230	148	194	75
1.6.14.12	Cartório – escaninho do juiz (assinaturas)	3	3	9	5
1.6.14.13	Cartório – escaninho do promotor	34	1	16	1
1.6.14.14	Cartório – prazo 1 a 31	211	194	114	102
1.6.14.15	Cartório – mesa do escrivão	82	68	71	54
1.6.14.16	Cartório – mesa do escrivão (assinaturas)	83	23	23	4
1.6.14.17	Cartório – mesa 01 a 10	0	0	0	0
	Expedição/cumprimento				
1.6.14.18	Cartório – cumprir despacho	528	451	239	137
1.6.14.19	Cartório – cumprir despacho urgente	0	0	0	0
1.6.14.20	Cartório – expedir alvará	0	0	0	0
1.6.14.21	Cartório – expedir correspondência	5	5	0	0
1.6.14.22	Cartório – expedir edital	0	0	0	0
1.6.14.23	Cartório – expedir formal	2	0	3	2
1.6.14.24	Cartório – expedir mandado	0	0	0	0
1.6.14.25	Cartório – expedir precatória	0	0	0	0
	Organização/juntada				
1.6.14.26	Cartório – aguardando juntada	32	23	12	8
1.6.14.27	Cartório – aguardando petição	40	36	30	30
1.6.14.28	Cartório – aguardando resposta de ofício	0	0	0	0
1.6.14.29	Observações				
	a) Primeira verificação em 29-3-2016 (fl. 39). O relatório de processos localizados em "Cartório – escaninho do juiz" está juntado às fls. 40-45.				
	b) Segunda verificação em 5-7-2016 (fl. 123). O relatório de processos com local físico "Cartório – escaninho do juiz" está juntado às fls. 124-128.				
	c) Dados coletados do relatório de processos ativos por unidade, mediante filtro do "local físico" e "data do local físico".				



1.7 REGISTROS CRIMINAIS

	Indicador	Padrão de conformidade	Primeira verificação	Segunda verificação
1.7.1	Acompanhamento de infrações penais - apresentação em aberto há mais de 30 dias.	O relatório não deve trazer registro	935	665
1.7.2	Acompanhamento de infrações penais - prestação em aberto há mais de 30 dias.		588	551
1.7.3	Acompanhamento de infrações penais - prestação pecuniária em aberto há mais de 30 dias.		140	82
1.7.4	Acompanhamento de infrações penais - multa penal em aberto há mais de 30 dias.		15	13
1.7.5	Acompanhamento de infrações penais - medida de segurança em aberto há mais de 30 dias.		0	0
1.7.6	Mandados de prisão em aberto com erros		10	0
1.7.7	Processos criminais com sentença condenatória sem a criação de PEC	O relatório não deve trazer registro de ação penal com sentença condenatória transitada em julgado sem PEC	176	64
1.7.8	Observações			
a) Primeira verificação em 29-3-2016 (fls. 46-54).				
b) Segunda verificação em 5-7-2016 (fls. 129-134).				

1.7.9	Réu preso	Provisório	O relatório deve conter os acusados presos em razão de prisões processuais e os apenados em regime aberto. Somente conterá os apenados com condenação definitiva (transitada em julgado) que estejam cumprindo pena em estabelecimentos penais da comarca. A quantidade de presos das unidades prisionais locais deve coincidir com o número informado no Cadastro Nacional de Inspeções em Estabelecimentos Penais	40	26
		Definitivo	118	100	
1.7.9.1	Réu preso - total		158	126	
1.7.9.2	Observações				
a) Primeira verificação em 29-3-2016 (fls. 55-60).					
b) Segunda verificação em 5-7-2016 (fls. 135-138).					



1.7.13	Observações
a) Primeira verificação em 29-3-2016 (fls. 61-63). b) Segunda verificação em 5-7-2016 (fls. 139-141).	
b.2) Verificou-se nos processos (0000556-74.2016.8.24.0235, 0000505-97.2015.8.24.0235, 0000336-13.2015.8.24.0235, 0000195-57.2016.8.24.0235, 0000051-20.2015.8.24.0235) que não há determinação e justificativa para a guarda das armas e munições no fórum, conforme a Circular CGJ n. 144/2015.	

1.8 SISTEMAS DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

	Indicador	Padrão de conformidade	Primeira verificação	Segunda verificação
1.8.1	Sistema Nacional de Bens Apreendidos – SNBA	Os bens devem ser cadastrados pelo servidor até o último dia útil do mês seguinte ao da distribuição do processo ou do procedimento criminal em que houve a apreensão. Os bens devem ser atualizados sempre que as informações nele contidas forem alteradas nos autos do processo ou do procedimento criminal em tramitação.	Parcialmente alimentado	Alimentado
1.8.2	Sistema Nacional de Controle de Interceptações – SNCI	As informações devem ser alimentadas pelo Magistrado com competência criminal sempre até o dia 10 do mês subsequente ao vencido	Alimentado	Parcialmente alimentado
1.8.3	Cadastro Nacional de Inspeções nos Estabelecimentos Penais – CNIEP	As informações devem ser alimentadas pelo Magistrado com competência criminal sempre até o dia 10 do mês subsequente ao vencido	Não se aplica	Não se aplica
1.8.4	Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNCIAI	As informações devem ser alimentadas mensalmente pelo Magistrado, que deverá indicar somente as alterações, inclusões e exclusões, processadas após o trânsito em julgado da sentença condenatória	Alimentado	Alimentado
1.8.5	Observações	a) Primeira verificação em 30-3-2016 (fls. 64-65). a.1) Item 1.8.1 (Sistema Nacional de Bens Apreendidos) fl. 66: verificou-se que há 497 bens cadastrados no SAJ, com a situação “apreendido/sob custódia”, vinculados a processos em andamento (Em grau de recurso; Não altera a situação; Suspenso; Em andamento). Quanto aos bens cadastrados no SNBA, 374 estão com a situação “a definir”. Dessa forma há indicativo de que os bens não estão sendo cadastrados no SNBA. a.2) Item 1.8.3 (Cadastro Nacional de Inspeções nos Estabelecimentos Penais): não há estabelecimentos penais registrados (fl. 67). a.3) Item 1.8.4 (Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa e		



ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
Corregedoria-Geral da Justiça
Divisão Administrativa

fls. 163

Inelegibilidade). A consulta ao SAJ (período 1-1-2014 a 29-3-2016) foi dividida em três classes: 1 - Ação Civil Pública, 28 - Ação Popular e 328 - Ação de Improbidade Administrativa, abrangendo as situações "em andamento", "arquivado", "suspensão", "arquivado administrativamente", "grau de recurso", "remetido a outro juízo ou entregue à parte", "remetido a outro foro" e "recebido em outro foro". Dentre as classes processuais e situações especificadas acima, a pesquisa no SAJ apontou que não existem processos passíveis de inclusão no CNCIAI do CNJ (fl. 68).

b) Segunda verificação em 6-7-2016 (fls. 142-143).

a.2) Item 1.8.1 (Sistema Nacional de Bens Apreendidos) fl. 144: verificou-se que há 647 bens cadastrados no SAJ, com a situação "apreendido/sob custódia". Quanto aos registros de bens cadastrados no SNBA que estão com a situação "a definir", não foi possível a extração do relatório em virtude de inconsistência do sistema. Há 548 registros cadastrados no SNBA. Realizada amostragem em cinco processos (0004346-40.2000-8-24-0037, 0003794-47.2000.8.24.0014, 0002461-22.2013.8.24.0235, 0002126-08.2010.8.24.0235, 0002119-79.2011.8.24.0235), verificou-se que os bens correspondentes aos processos mencionados estão cadastrados no SNBA.

b.2) Item 1.8.2 (Sistema Nacional de Controle de Interceptações): Mês faltante junho/2016 (fl. 145).

b.3) Item 1.8.3 (Cadastro Nacional de Inspeções nos Estabelecimentos Penais): não há estabelecimentos penais registrados (fl. 146).

b.4) Item 1.8.4 (Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade). A consulta ao SAJ (período 1-1-2014 a 6-7-2016) foi dividida em três classes: 1 - Ação Civil Pública, 28 - Ação Popular e 328 - Ação de Improbidade Administrativa. Dentre as classes processuais e o período especificados acima, a pesquisa no SAJ apontou que não existem processos passíveis de inclusão no CNCIAI do CNJ.



1.9 CADASTRO ÚNICO INFORMATIZADO DE ADOÇÃO E ABRIGO - CUIDA

	Indicador	Padrão de conformidade	Primeira verificação	Segunda verificação
1.9.1	Cadastro único informatizado de adoção e abrigo - abrigos (relatório de visita às entidades de acolhimento)	As informações devem ser alimentadas mensalmente pelo Magistrado (envio do relatório de visita mensal), de acordo com o art. 6º da Resolução Conjunta n. 08/2009-GP/CGJ e art. 409 do CNCGJ.	Corretamente alimentado	Corretamente alimentado
1.9.1.1	Observações			
	a) Primeira verificação em 30-3-2016 (fls. 69-75). b) Segunda verificação em 6-7-2016 (fls. 147-148). c) Existe 1 programa institucional de acolhimento no sistema, o qual está atualizado.			



CONSIDERAÇÕES CONCLUSIVAS

Os trabalhos da correição iniciaram-se na data mencionada nas informações preliminares, de forma remota, pela Corregedoria-Geral da Justiça.

Na primeira verificação foram consultados e emitidos diversos relatórios por meio do programa de Inspeção Virtual, Sistema de Automação da Justiça de Primeiro Grau – SAJ, SAJ Estatística, Sistemas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e Cadastro Único Informatizado de Adoção e Abrigo/Ceja - Cuida, os quais foram enviados à unidade por correio eletrônico, juntamente com as instruções para a realização dos ajustes.

Foi concedido o prazo de sessenta dias, a partir do recebimento dos relatórios e das instruções, para que a unidade efetuasse as correções dos registros apontados, período em que a Corregedoria-Geral da Justiça permaneceu à disposição para dirimir dúvidas.

Decorrido o prazo inicial para a regularização dos registros, procedeu-se à segunda verificação, com os mesmos parâmetros da primeira, cujos dados permitiram a finalização do presente relatório.

Outrossim, deverá o relatório, sem os anexos, ser arquivado na pasta/livro de visitas e correições da unidade.

À consideração de Vossa Excelência.

Florianópolis, 8 de julho de 2016.

André Pacheco
Analista Jurídico - Mat. 20.683

De acordo.

Débora Zitta
Assessora Técnica Correicional – Mat. 5.701